



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RELVADO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO DE LEI Nº 07/2024, DE 22 DE AGOSTO DE 2024.

Fixa o Subsídio dos Secretários Municipais do município de Relvado/RS, para a Legislatura 2025/2028 e dá outras providências.

Art.1º- O subsídio dos ocupantes de cargos em comissão de Secretário Municipal do município de Relvado/RS, nos termos da Constituição Federal e do inciso VII do art. 30 da Lei Orgânica Municipal, para a Legislatura de 2025/2028, são fixados em R\$ 6.012,35 (seis mil e doze reais com trinta e cinco centavos) mensais a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art.2º- O valor fixado no artigo anterior será reajustado na mesma data e nos mesmos índices em que for procedida a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Art.3º- Aos Secretários Municipais aplicam-se as normas estatutárias do regime de trabalho dos ocupantes de cargos em comissão, especialmente o direito a férias, o acréscimo de um terço no subsídio por ocasião de férias e a 13ª remuneração, nas mesmas condições em que estas vantagens foram pagas aos demais servidores.

Art.4º- As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Câmara Municipal de Vereadores de Relvado/RS, 22 de agosto de 2024.

IVANETE SIQUEIRA
PRESIDENTE CMV

MAURÍCIO JOSÉ GRILLI
VICE-PRESIDENTE CMV

FRANCIELI MARCHETTI
PRIMEIRO SECRETÁRIO CMV

PAULA MARIA BAMPI
SEGUNDO SECRETÁRIO CMV



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RELVADO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

JUSTIFICATIVA:

Senhores Vereadores:

A Câmara Municipal é o Órgão que detém a titularidade para o exercício da iniciativa de lei para a fixação dos subsídios dos agentes políticos municipais, em função do princípio da impessoalidade, previsto no art. 37 de Constituição Federal.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo fixar o subsídio dos ocupantes de cargos em comissão de Secretário Municipal do município de Relvado/RS, nos termos da Constituição Federal e do inciso VII do art. 30 da Lei Orgânica Municipal, para a Legislatura de 2025/2028, em cumprimento ao Art. 29, inciso V, da Constituição Federal (Emenda Constitucional 19/98), que estabelece que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais devem ser fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os Arts. 37, 39, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Tendo em vista que o Município de Relvado foi fortemente atingido no desastre das enchentes ocorridas nos dias 29/04 a 02/05/2024, com a destruição de dezenas de casas, pontes e pontilhões destruídos, acessos e vias públicas com muitas obstruções pelo grande volume de água e deslizamentos, deixando a área urbana e rural isoladas, sem acesso, sem comunicação, água e energia elétrica, deixando o município em SITUAÇÃO DE CALAMIDADE, causando imensuráveis prejuízos com perdas humanas e materiais.

E que em razão disso ainda encontra-se em fase de reconstrução, com muito trabalho e concentração de esforços financeiros nesse processo.

Consequentemente, em razão do exposto, a mesa Diretora decidiu que NÃO HAVERÁ AUMENTO NO VALOR DOS SUBSÍDIOS PARA O EXERCÍCIO DE 2025/2028.

Mesmo não havendo alteração nos valores dos subsídios, a fixação dos mesmos se faz conveniente através deste projeto de Lei.

Câmara Municipal de Vereadores de Relvado/RS, 22 de agosto de 2024.

Atenciosamente,

IVANETE SIQUEIRA
PRESIDENTE CMV

MAURÍCIO JOSÉ GRILLI
VICE-PRESIDENTE CMV

FRANCIELI MARCHETTI
PRIMEIRO SECRETÁRIO CMV

PAULA MARIA BAMPI
SEGUNDO SECRETÁRIO CMV